

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 69/XIII/ 2.ª SL

Em 12 de setembro de 2017, pelas 16 horas e 25 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 567/XIII/2.ª (PAN) – Assegura às pessoas com deficiências visuais a faculdade de exercerem o direito de voto por via do sistema de braille;**
Relator: Deputado José Silvano (PSD)
4. **Apresentação do relatório sobre a participação da Assembleia da República na reunião interparlamentar sobre «A criação de um mecanismo da União Europeia para a Democracia, Estado de Direito e Direitos Fundamentais», realizada no dia 22 de junho, no Parlamento Europeu;**
Relator: Deputado António Filipe (PCP)
5. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**
 - A)
Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD em que solicita a audição da Diretora Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras sobre a eventualidade de os inspetores do SEF estarem a ser alvo de pressões no sentido de imprimir maior rapidez no controlo de passaportes no Aeroporto Humberto Delgado;
 - B)
Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD em que solicita: o relatório do Serviço de Auditoria e Inspeção da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; a audição da Ministra da Justiça; e a audição do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais;
 - C)
Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD em que solicita a audição da Ministra da Administração Interna acerca do estado do sistema de segurança interna e da operacionalidade das entidades e serviços que o integram;
 - D)
Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP em que solicita a inclusão de um ponto autónomo na audição da Ministra da Administração Interna em relação a vários aspetos suscitados pelo incêndio de Pedrógão Grande (na decorrência da conferência de imprensa da MAI de 9 de agosto);
6. **Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 306/XIII/2.ª - Recomenda que as notificações e avisos de órgãos oficiais possam ser remetidas noutras línguas;**
Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)
7. **Apreciação e votação do relatório de atividades da 2.ª sessão legislativa;**
8. **Apresentação e apreciação de propostas para o plano de atividades da 3.ª sessão legislativa;**
9. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
10. **Apreciação e votação das atas n.ºs 62 a 67/XIII (correspondentes às reuniões de 4 a 27 de julho de 2017);**
11. **Outros assuntos.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 69/XIII/ 2.ª SL

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, e não havendo iniciativas legislativas para distribuir, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas europeias:

Título do documento	Deputado relator	Prazo
COM(2017)352 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à Agência Europeia para a Gestão Operacional de Sistemas Informáticos de Grande Escala no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, que altera o Regulamento (CE) n.º 1987/2006 e a Decisão 2007/533/JAI do Conselho, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1077/2011	Deputado Rocha Andrade (PS)	11.10.2017
COM(2017)344 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria um sistema centralizado para a determinação dos Estados-Membros que possuem informações sobre condenações de nacionais de países terceiros e de apátridas (TCN) tendo em vista completar e apoiar o Sistema Europeu de Informação sobre Registos Criminais (sistema ECRIS-TCN) e que altera o Regulamento (UE) n.º 1077/2011	Deputado Fernando Negrão (PSD)	11.10.2017

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 567/XIII/2.ª \(PAN\)](#) - Assegura às pessoas com deficiências visuais a faculdade de exercerem o direito de voto por via do sistema de braille, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado José Silvano (PSD), e, no final, submetido a votação, aprovado por unanimidade, na ausência do PCP e do PEV.

No ponto seguinte, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) apresentou o relatório sobre a participação da Assembleia da República na reunião interparlamentar sobre «A criação de um mecanismo da União Europeia para a Democracia, Estado de Direito e Direitos Fundamentais», realizada no dia 22 de junho, no Parlamento Europeu, na qual participara.

No quinto ponto da ordem de trabalhos, foram apreciados quatro requerimentos, os três primeiros apresentados pelo Grupo Parlamentar do PSD e o último pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP: o primeiro solicitando a audição da Diretora Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras sobre a eventualidade de os inspetores do SEF estarem a ser alvo de pressões no sentido de imprimir maior rapidez no controlo de passaportes no Aeroporto Humberto Delgado; o segundo solicitando a entrega do



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 69/XIII/ 2.ª SL

relatório do Serviço de Auditoria e Inspeção da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, bem como as audições da Ministra da Justiça e do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; o terceiro solicitando a audição da Ministra da Administração Interna acerca do estado do sistema de segurança interna e da operacionalidade das entidades e serviços que o integram; e o quarto requerendo a inclusão de um ponto autónomo na audição da Ministra da Administração Interna relativo a vários aspetos suscitados pelo incêndio de Pedrógão Grande (na decorrência da conferência de imprensa da MAI de 9 de agosto).

Procedeu-se à apresentação individualizada dos requerimentos, respetivamente, pelos Senhores Deputados Luís Marques Guedes, Fernando Negrão e José Silvano (PSD) e pela Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP), a que se seguiu a discussão conjunta, na qual intervieram, além dos Senhores Deputados já referidos, os Senhores Deputados Filipe Neto Brandão (PS), José Manuel Pureza (BE), António Filipe (PCP) e Carlos Abreu Amorim (PSD).

Sobre a situação vivida no Aeroporto Humberto Delgado, no que se refere ao controlo de passaportes de passageiros à chegada a Lisboa pelos funcionários do SEF, o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) referiu a necessidade de a Comissão ouvir a Diretora Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras enquanto responsável pelo planeamento e gestão de recursos humanos do SEF.

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) considerou que os requerimentos apresentados pelo Grupo Parlamentar do PSD se «atropelavam» uns aos outros, não estando devidamente acautelado o relacionamento institucional entre o Parlamento e o Governo. Acrescentou que os esclarecimentos solicitados deveriam ser prestados por quem tem responsabilidade política na matéria, pelo que informou que o PS votaria favoravelmente a realização das audições das Senhoras Ministras da Justiça e da Administração Interna e contra as audições da Senhora Diretora Nacional do SEF e do Senhor Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

O Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) disse acompanhar a posição do PSD, mas que o seu Grupo Parlamentar entendia dever colocar-se prioritariamente, e com a brevidade possível, as questões às responsáveis ministeriais, e só depois aos



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 69/XIII/ 2.ª SL

responsáveis pela afetação de recursos humanos, num caso, e pelas declarações proferidas, no outro.

A Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) declarou nada ter a opor em relação aos três requerimentos apresentados pelo PSD, manifestando alguma estranheza em relação ao argumento de que deveriam ser ouvidos apenas os responsáveis políticos e não os diretores-gerais. Sobre o requerimento apresentado pelo CDS-PP, esclareceu que o pretendido é aditar um ponto autónomo relacionado com o incêndio de Pedrógão Grande na audição da Ministra da Administração Interna, já requerida pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) referiu estar de acordo com a solicitação da entrega aos Deputados do relatório do Serviço de Auditoria e Inspeção da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, bem como a realização, em primeira linha, das audições das Ministras da Justiça e da Administração Interna, devendo a Comissão reservar-se o direito de apurar da pertinência de ouvir a Diretora Nacional do SEF e o Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, em momento posterior às audições ministeriais.

O Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) insistiu na necessidade da vinda da Senhora Diretora Nacional do SEF, por estar em causa uma questão de planeamento e gestão de recursos humanos e não uma questão verdadeiramente política, mas concordou com a proposta de, num primeiro momento, se agendar a audição da Ministra da Administração Interna e só depois a da Diretora nacional do SEF.

O Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) justificou a audição do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais no facto de este se ter tornado o «ator principal» devido às declarações que proferiu acerca do relatório do Serviço de Auditoria e Inspeção da DGSP, pelo que sugeriu a realização de uma audição conjunta, com a presença da Ministra da Justiça e do referido Diretor-Geral.

O Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), tendo em conta as intervenções anteriores, propôs a convocação dos requerimentos apresentados pelo PSD, no seguinte sentido: promover, em primeiro lugar, a audição da Ministra da Administração



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 69/XIII/ 2.ª SL

Interna e, eventualmente, num segundo momento, a Diretora Nacional do SEF, devendo a audição da Ministra incluir três assuntos: a situação no aeroporto de Lisboa no que se refere ao controlo de passaportes de passageiros à chegada a Lisboa pelos inspetores do SEF; a questão da incapacidade na operacionalidade e eficácia das forças de segurança interna dada a limitação de meios e de constrangimentos financeiros a que estão submetidas; e, por último, os aspetos suscitados pelo incêndio de Pedrógão Grande – este ponto a requerimento do CDS-PP.

Realizar, igualmente, a audição da Ministra da Justiça, prescindido por ora da audição do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, devendo ser solicitado de imediato o relatório já referido.

Assim sendo, e conforme resultou do debate, o Senhor Presidente submeteu a votação os requerimentos apresentados pelo Grupo parlamentar do PSD, nas partes em que solicitavam as audições das Senhoras Ministras da Administração Interna e da Justiça, bem como a entrega do relatório do Serviço de Auditoria e Inspeção da DGSP, que foram aprovados por unanimidade, na ausência do PEV.

Seguiu-se a votação do requerimento apresentado pelo CDS-PP, solicitando o aditamento de um ponto autónomo na audição da Ministra, que foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

O Senhor Presidente informou que, de acordo com o solicitado pelos Grupos Parlamentares presentes, as audições aprovadas seriam agendadas no recomeço dos trabalhos da Comissão logo após as eleições autárquicas, sendo a entrega do relatório do Serviço de Auditoria e Inspeção da DGSP solicitada de imediato.

O sexto ponto da ordem do dia, que consistia na apreciação do relatório final da Petição n.º 306/XIII/2.ª - Recomenda que as notificações e avisos de órgãos oficiais possam ser remetidas noutras línguas, foi adiado para reunião seguinte, a pedido do relator, Senhor Deputado Pedro Delgado Alves, por não lhe ter sido possível estar presente na reunião.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 69/XIII/ 2.ª SL

No sétimo ponto, procedeu-se à apreciação do relatório de atividades da Comissão relativo à 2.ª sessão legislativa da XIII Legislatura, que foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Sobre o oitavo ponto, o Senhor Presidente recordou que fora distribuída uma proposta de plano de atividades da 3.ª sessão legislativa e solicitou aos Senhores Deputados que fizessem chegar propostas, se assim o entendessem, para se proceder à respetiva aprovação na reunião seguinte.

Não havendo pareceres da Subcomissão de Ética para apreciar, passou-se ao décimo ponto, tendo o senhor Presidente submetido a votação as atas n.ºs 62 a 67/XIII, correspondentes às reuniões de 4 a 27 de julho de 2017, que foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17 horas e 20 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de setembro de 2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 69/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
António Gameiro
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Fernando Rocha Andrade
Filipe Neto Brandão
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Teresa Morais
Vânia Dias da Silva
Jorge Lação

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Andreia Neto
Carlos Peixoto
Elza Pais
Isabel Alves Moreira
José Luís Ferreira
Paulo Rios de Oliveira
Sandra Cunha
Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Delgado Alves
Sara Madruga da Costa